

Outros lugares do “fazer e ensinar História”: uma leitura sobre os impressos do MST na transição democrática

*Other places of "doing and teaching History":
a reading of MST brochures during democratic transition*

Fernando Perli*

RESUMO



Ao longo das décadas de 1980 e 1990, materiais impressos foram produzidos e difundidos na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o objetivo de contribuir na organização da militância. Publicados com o apoio de entidades solidárias ao movimento social, os impressos fizeram parte de um período de intenso debate sobre a importância da educação para o avanço da luta pela reforma agrária no Brasil, o que contribuiu para a elaboração de propostas pedagógicas de História pelo movimento social. Dentre inúmeros assuntos que compuseram os impressos, chama atenção os que tratam do lugar ocupado pelo conhecimento histórico na formação política, o que sugere, a partir do presente texto, uma análise das leituras e representações de passado que delinearão práticas para se “fazer e ensinar” História na organização dos sem-terra.

Palavras-chave: Educação. Ensino de História. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Impressos. Militância.

ABSTRACT



During the 1980s and 1990s, brochures were produced and distributed within the Landless Workers Movement (MST) in order to contribute with militancy organization. Published with the support of entities sympathetic to the social movement, the brochures were part of a period of intense debate on

* Doutor em História. UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Professor Adjunto II da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no curso de graduação e Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFGD).

the importance of education to advance the struggle for agrarian reform in Brazil, which contributed to the development of pedagogical proposals on History by the social movement. Among numerous subjects that the printed material covered, those related to the importance of historical knowledge in the political education draw the attention, which suggests, from the present text, an analysis of past readings and representations that outlined practices to "do and teach" History in the organization of the landless workers.

Keywords: Education. History teaching. Landless Workers Movement. Brochures. Militancy.

Introdução

Compreender como grupos sociais, políticos e econômicos tratam o ensino de História significa lidar com o problema dos lugares ocupados pelo conhecimento histórico na fundamentação e legitimação de ações políticas. Nesta direção, o presente texto propõe lançar um debate sobre as relações entre movimentos sociais e o ensino de História nas décadas de 1980 e 1990, anos marcados pela transição de regimes políticos no Brasil e por mobilizações de setores da sociedade pelo direito à visibilidade na História.

Neste período, o ensino de História passou por mudanças significativas com a consolidação de variados espaços de discussão e produção. Além do ambiente acadêmico ser considerado lugar privilegiado da produção histórica, ganharam cena as intervenções decorrentes de políticas públicas na formatação da disciplina nos currículos escolares, a crescente influência da produção e de ferramentas da indústria cultural, a ampliação da iniciativa privada no sistema educacional e a mobilização de movimentos sociais quanto ao direito de uso e produção de leituras de passado em defesa de projetos políticos.

Tensões e relações criadas em espaços de produção de representações históricas sugerem que a discussão sobre ensinar História não pode desmerecer diferentes lugares, grupos sociais, políticos e econômicos que disputam formas, classificam temas históricos e propõem metodologias de ensino para a formação de cidadãos em sociedades complexas, marcadas pela diversidade, diferenças e desigualdades.

Para entender os lugares do ensino de História, as décadas de 1980 e 1990 apresentam farto material que evidenciam mudanças na disciplina de História, a ascensão de uma rede de movimentos sociais crítica ao regime autoritário e o fortalecimento de projetos políticos sustentados pelo ideal de universalização de direitos sociais, incluindo-se aí a educação (GOHN, 2010, p. 33).

Vale considerar que a diversidade de movimentos sociais contribuiu para aflorar as contradições entre o projeto pedagógico centralizador do regime ditador e pedagogias de resistência que, com a transição democrática, desconstruíram formas institucionalizadas de

subordinação e opressão, caracterizadas por uma teoria pedagógica que se colocava como única e apolítica. Assim, movimentos sociais demonstraram a diversidade de experiências sociais e de práticas educativas (ARROYO, 2014, p. 31).

Os problemas que teoricamente envolvem o conceito de transição democrática direcionou esta análise para um período que abarca a ascensão da educação popular através de movimentos sociais contrários à ditadura civil-militar e alcança um momento de expansão de projetos educacionais neoconservadores contracenados às propostas pedagógicas de movimentos sociais e entidades civis na década de 1990. Dentre várias experiências pedagógicas de grupos sociais e políticos que integraram forças antiautoritárias, podemos citar as mobilizações de professores que resultaram em propostas pedagógicas de História no final da década de 1980, a luta pelas representações históricas do Movimento Negro no Brasil que se articulou às demandas pela igualdade de direitos e ações afirmativas no ensino de História e as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por educação para famílias acampadas e assentadas. Esta diversidade de experiências pedagógicas que marcou a redemocratização não tem como ser abarcada neste texto, tamanha as possibilidades de análises que, inclusive, suscitam outras investigações.

Tendo em vista a ampla gama de movimentos sociais que participaram dos debates sobre reformas educacionais nestes anos, tomamos como referência o MST que, juntamente com diversos movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG's) e entidades civis mantiveram posturas críticas às políticas educacionais empreendidas pelo Estado brasileiro e contribuíram para o debate sobre o lugar e o sentido do ensino de História na defesa e consecução de projetos políticos.

Por considerar um campo frutífero de pesquisa, neste momento, delimito a análise ao MST por encontrar práticas que objetivaram dimensionar representações de passado na formação da militância e na legitimação de seus projetos políticos em oposição à ditadura civil-militar e aos governos que representaram a transição democrática. A escolha se deu com o objetivo de evidenciar o quanto promissor é o campo de pesquisa em que se propõe aproximar movimentos sociais e ensino de História, tendo em vista o amplo leque que se abre para debates que tratam da ideologização no ensino (APPLE, 2006) e as relações de movimentos sociais com o conhecimento histórico.

Embora a maioria das pesquisas sobre ensino de História tenha se concentrado em análises sobre o conhecimento histórico na construção de ideários nacionalistas nos séculos XIX e XX, nas últimas décadas cresceu o interesse de historiadores por temas que sugerem a prática do ensino de História para além da sala de aula, se destacando estudos sobre lugares de memória, representações sociais, cultura política e cultura histórica, o que demanda atenção às relações cotidianas e à história do tempo presente enquanto fenômenos que fazem leituras da História e constroem os movimentos sociais.

A atenção à história do tempo presente tem suas implicações. Nela, objeto e sujeito histórico são constructos da postura militante do pesquisador diante de temas que afirmam a história como “fenômeno de geração” (RIOUX; SIRINELLI, 1998). A incompreensão do passado associada à ignorância do presente sustentou debates que possibilitou ao contemporâneo condição de delinear a pesquisa histórica, abrindo possibilidades para se pensar a configuração de objetos a partir do lugar ocupado pelo historiador.

Questão semelhante foi discutida por Michel de Certeau ao tratar do produto fabricado pelo historiador quando “faz história”, relacionando o gesto que liga as ideias aos lugares sociais de que fazem parte. O “fazer história” se espalha por diversas instituições e grupos sociais através de mecanismos de produção e de difusão de representações que fundamentam condições políticas e culturais.

Para Certeau:

Toda produção historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias [...]. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2000, p. 66-67).

Na operação historiográfica a relação entre lugar e método se destaca na medida em que os procedimentos de análise e a elaboração de textos estão articulados a um meio em que se definem as relações políticas que constituem grupos sociais, o que sugere pensar o lugar, o método e a pesquisa diante de movimentos sociais.

Analisar estratégias de incentivo à leitura e a construção de representações pelo MST requer a compreensão do envolvimento de instituições na capacitação de quadros e na produção de impressos direcionados para as escolas de acampamentos e assentamentos, a produção de leituras de passado e de propostas para o ensino de História no movimento social. Vale mencionar que a construção de propostas educacionais do MST decorreu do apoio de instituições representadas por pedagogos e professores que, ao elaborarem materiais impressos para a formação política dos sem-terra, delinearão histórias vinculadas aos problemas presentes de acampamentos e assentamentos.

Em meio aos impressos direcionados para simpatizantes, militantes e cursos de capacitação de quadros políticos do MST, neste artigo optou-se por materiais produzidos nas décadas de 1980 e 1990, como o *Boletim Sem Terra*, o *Jornal dos Sem Terra*, o *Boletim da*

*Educação, os Cadernos de Formação, Educação e Cooperação, a Revista Sem Terra, a coleção Fazendo História e as Cartilhas do Departamento de Educação Rural (DER) da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (FUNDEP) do município de Três Passos (RS). Delimitou-se a análise em textos contidos nos impressos que trataram de usos de passado, lugares de memória, práticas que configuraram o ensino de História e o conhecimento histórico na organização do movimento social.*¹

Impressos, formação política e histórica na organização do MST

A produção de materiais impressos pelo MST ao longo de décadas de organização é contou com a participação de jornalistas, lideranças sem-terra, ativistas, intelectuais, religiosos, representantes de entidades civis, dirigentes sindicais e partidários, professores de acampamentos e assentamentos rurais, trabalhadores rurais sem-terra, estudantes e professores universitários. Em sua trajetória, a organização do MST esteve sintonizada a estratégias de comunicação que pudessem dar visibilidade ao sujeito coletivo. O crescimento do movimento social na década de 1980 foi caracterizado por “definições organizativas” que fortaleceram sua setorialização, com destaque para os setores de *Comunicação, Formação e Educação*.

No *Setor de Educação*, a elaboração de materiais didáticos e as intervenções em escolas de acampamentos e assentamentos direcionados pelo MST, produziram debates sobre “o fazer” de um ensino de História a partir das vivências e expectativas no tempo presente dos sem-terra.

Variados impressos permitem compreender a construção de leituras de passado do MST a partir de estratégias que incentivaram estudantes de acampamentos e assentamentos a interpretar a realidade social dos sem-terra e suas relações com experiências passadas, inseridas num contexto de construção da cultura histórica do movimento social.

A formação e consolidação política do MST estão fortemente ligadas à produção de meios de comunicação e materiais didáticos para a capacitação de quadros. A partir deles, é possível perceber o forte vínculo das ações políticas que originaram o movimento social no início da década de 1980 com a construção de memórias e narrativas históricas que identificaram experiências passadas de trabalhadores rurais e entidades civis favoráveis a

¹ Diante do crescente interesse de pesquisadores pelo MST, os impressos eram disponibilizados na Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), com sede em São Paulo (SP). Em convênio firmado em 1999 e finalizado em 2009 entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e o MST, os materiais impressos foram guardados e digitalizados no Centro de Documentação e Memória (CEDEM / UNESP). O acervo do MST no CEDEM foi organizado a partir dos trabalhos de campo feitos pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (UNESP/Presidente Prudente) na década de 1990. Nos últimos anos, tornou-se possível acessar o acervo pelo site <http://www.cedem.unesp.br>.

reforma agrária em contraposição ao regime autoritário. O início desta vasta produção de impressos se deu a partir de 1981, quatro anos antes da fundação nacional do movimento social, quando agricultores acampados na *Encruzilhada Natalino* no município de Ronda Alta (RS), com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH-RS) e da Pastoral Universitária do Rio Grande do Sul (PU-RS), publicaram o *Boletim Sem Terra* com o objetivo de conquistar apoio da sociedade civil e informar leitores sobre a situação dos acampados. O material, ainda mimeografado, divulgou correspondências de apoio remetidas de várias regiões do Brasil, sendo a maioria de entidades religiosas e sindicais, bem como, de lideranças de trabalhadores rurais que vivenciavam situações semelhantes em outros Estados.

Através do *Boletim Sem Terra*, transformado em 1984 no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, foram divulgadas relações de solidariedade entre diferentes experiências de luta pela terra. A identificação destas lutas a partir de experiências passadas valorizou o conhecimento histórico na fundamentação de ações políticas de trabalhadores rurais que já se autodenominavam sem-terra. Além disso, histórias escritas pelos trabalhadores acampados sobre as trajetórias de suas famílias foram publicadas no impresso, o que fez dos primeiros passos de organização dos trabalhadores rurais sem-terra um momento de férteis debates sobre a construção dos fatos pelos meios de comunicação e a importância da produção de uma história de interesse do MST para conquistar apoio da sociedade civil e fortalecer relações políticas.

A aproximação de diversas entidades e movimentos sociais – paróquias, dioceses, sindicatos de agricultores e trabalhadores rurais, confederações nacionais, partidos políticos, movimentos sociais rurais e urbanos, entidades sociais e universitárias – com acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra que surgiam em várias regiões do Brasil ocorreu através de associações políticas firmadas por uma rede de sociabilidade intensificada pela divulgação de cartas.

Assim, a produção e distribuição destes tipos de impressos na organização do MST configuraram “espaços de sociabilidade” (SIRINELLI, 1996) entre movimentos sociais identificados com a causa dos sem-terra, agregando objetivos, crenças e conhecimento histórico. Vale mencionar que impressos, antes de tudo, são lugares de produção intelectual e de tensão, ou seja, espaços de sociabilidades que apontam redes sociais e políticas tecidas por simpatizantes e entidades que apoiaram o MST e colaboraram para divulgar e estimular as lutas dos agricultores sem-terra em todo o país.

A formação política dos sem-terra dependeu de articulações entre grupos apoiadores de movimentos sociais rurais que se identificaram através de suas trajetórias, o que demandou a publicação de impressos para divulgar experiências históricas num período de definição política e organizativa do MST.

Intrínseca à formação política é possível identificar nas falas dos sem-terra publicadas nos impressos do MST “um conjunto de competências de interpretação do mundo e de si próprio”, entendido por Rüsen (2010, p. 95) como “formação histórica”. Para o historiador alemão:

Formação baseia-se no aprendizado e é, simultaneamente, um modo do próprio aprendizado. A formação histórica não pode ser pensada, por conseguinte, como um componente fixo das orientações temporais, que se pode adquirir e, em seguida, ‘possuir’ (como um certificado de conclusão do ensino médio, um diploma ou as obras completas de um historiador, encadernadas em couro e com lombada dourada, na estante) como um objeto (como uma espécie de selo de qualidade da posição social). A formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade específica consiste em (re) elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-se continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida (RÜSEN, 2010, p. 104).

As bases de uma história de luta pela terra sob a perspectiva de agentes de apoio e lideranças sem-terra foi seguida por um trabalho de divulgação da *Memória da Luta do MST* mediante o *Jornal dos Sem Terra*, periódico oficializado como porta-voz da direção nacional do MST. A seção *Memória*, presente no tabloide entre 1988 e 1990, propôs “resgatar o passado” da organização dos sem-terra,² sendo constituída por breves textos e fotos que apresentaram, num sentido cronológico, diferentes eventos que, sob a ótica de colaboradores e lideranças, marcaram a história do MST. Ocupações, acampamentos, conflitos com policiais, passeatas, encontros estaduais e nacionais, foram celebrados no jornal.

Este “apelo ao passado” (HOBSBAWM; RANGER, 1997) foi marcado pela invenção de uma continuidade histórica, representada por imagens, símbolos, mitos, utopias e ideias. A preocupação com a leitura do passado de mobilização dos sem-terra e a preservação da memória das ações coletivas do movimento social se restringia a um campo de prática da oralidade na organização política, que se apresentavam recortadas na seção *Memória*. A equipe do *Jornal dos Sem Terra*, apesar de contar com um pequeno arquivo de fotos, não dispunha da maior parte do material, propriedade de grande número de jornalistas-colaboradores do MST. Ao recorrer aos arquivos pessoais de repórteres do tabloide, foi possível delinear um importante material fotográfico para a seção, o que deu visibilidade à formação histórica do movimento social no início da década de 1980.

² A expressão “resgate” era entendida como o encontro de informações e sua descrição sistemática, através de um método, para “manter viva a memória do MST” (JORNAL SEM TERRA, 1988).

Além do boletim e do jornal, na trajetória do MST chamam atenção os *Cadernos de Formação*, produzidos a partir da década de 1980 com a proposta de difundir um conhecimento metódico junto às lideranças sem-terra que realizavam cursos de formação política. Nas origens destes cursos de capacitação de quadros, ocupou espaço nos debates o problema da relação entre teoria e prática. No *Caderno de Formação* nº 5 intitulado *Ações de Massa*, resultante de um curso de formação de lideranças do MST aplicado pelo sindicalista Ranulfo Peloso na cidade de São Paulo (SP), no final de 1984, foram levantadas questões que poderiam contribuir para a compreensão da história e a organização do movimento social. Como parte da formação política da militância, era necessário formar a consciência histórica, ou seja, posições sustentadas por experiências passadas e perspectivas futuras enquanto continuidade ou processo educativo.

Sob um enfoque mais direto que tratou da formação histórica, um dos primeiros impressos que discutiu a importância do conhecimento histórico na formação política dos trabalhadores rurais sem-terra foi o *Caderno de Formação Reforma Agrária com os pés no chão*, publicado em 1986 como número especial. Escrito pelo frade franciscano Sérgio Antônio Görgen, o caderno contribuiu para o debate sobre o papel dos intelectuais na organização do MST diante de um momento de sindicalização e partidarização de militantes à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

É importante considerar que, após 1984, com a constituição da Direção Nacional do MST e a necessidade de difusão do conhecimento da luta dos sem-terra, foi desenvolvido um trabalho de incentivo à leitura e reuniões de grupos nas bases do movimento social. Assim, mesmo abordando conceitos complexos, a cartilha sugeriu aos sem-terra resistência perante as adversidades existentes na luta, o que demandava aos produtores de impressos do MST a preparação de materiais de fácil assimilação para incentivar a leitura dos militantes.

Reforma Agrária com os pés no chão foi feito a pedido da Pastoral da Juventude Rural (PJR) do Rio Grande do Sul e de várias lideranças de trabalhadores rurais que se envolveram em reuniões e trabalhos de base.³ Para divulgar parte do resultado desta força política adquirida pela juventude, o *Caderno de Formação* retratou as principais ideias debatidas nos cursos de formação de jovens rurais, devendo “ser apenas uma contribuição para um debate mais profundo e mais sistemático sobre a questão da Reforma Agrária” e um instrumento para a formação política dos sem-terra. Além destas questões, o caderno circulou em cursos de capacitação de quadros do MST por abordar a *História do Latifúndio e da Luta pela Terra*. Num primeiro momento, a narrativa sobre a “grande lavoura” no Brasil teve como referência os estudos de Caio Prado Júnior com o uso de conceitos como “luta de

³ A PJR surgiu de setores católicos progressistas preocupados em estimular a organização dos jovens rurais e alcançou sucesso na mobilização da juventude no norte do Estado do Rio Grande do Sul, promovendo os primeiros cursos de formação política que despertou em muitos deles o interesse pelas atividades dos movimentos sociais que emergiam.

classes”, “estrutura colonial”, “continuidades e permanências” históricas na sociedade brasileira (PRADO JÚNIOR, 1994). Num segundo, a “mão de obra escrava”, a “economia colonial de mercado externo”, a “vinda de imigrantes” e o “cativeiro da terra” fizeram claras referências ao trabalho do sociólogo José de Souza Martins (MARTINS, 2004). Tendo por objetivo localizar o MST no contexto histórico de luta pela terra a partir de um conjunto de informações entendido como formação histórica, Görger apresentou o conhecimento histórico, ou “o conhecer a História” como um importante instrumento para a elaboração de táticas políticas do movimento social (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986, p. 3).

A prática do “fazer e ensinar História”

Além de tratarem de conteúdos históricos, os *Cadernos de Formação* usados nos cursos de treinamento de lideranças sem-terra destacaram as qualidades que deveriam possuir os líderes camponeses – compromisso político, competência, respeito de base, fidelidade com a causa popular e da organização – princípios que seriam fortalecidos com o conhecimento do passado dos movimentos sociais rurais para legitimarem as ações políticas na vida prática dos militantes.

No que diz respeito à formação de quadros na década de 1980, chama atenção a publicação do *Caderno de Formação* nº 11, *Elementos sobre a teoria da organização no campo*, escrito pelo professor Clodomir Santos de Moraes que, junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU), prestava assessoria para o desenvolvimento de cooperativas agrícolas em países como o Chile, Honduras, Costa Rica, México, Nicarágua, entre outros.

O texto original, *Teoria de la organizacion*, foi editado em vários países antes de ser publicado no Brasil, em 1986, na forma de caderno do MST para divulgar um método de organização de assentamentos agrícolas. A partir de experiências na América latina, o material formativo teve como propósito definir a linha política do MST, estimular e ajudar na organização de cooperativas agrícolas como alternativa para resolver problemas sociais e econômicos de assentamentos e manter os trabalhadores organizados (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986, p. 1).

Moraes defendeu a criação do *Laboratório Experimental*, um método que incitaria a construção da teoria a partir das experiências práticas dos assentados, desmerecendo ideários utópicos de complexa assimilação para os sem-terra, buscando introduzir no grupo social a consciência organizativa para o avanço das lutas do MST. Apesar de ser apresentado com uma linguagem pouco utilitária e ser muito criticado nas bases do movimento social, o método laboratorista lançou no MST o debate sobre estratégias de formação política

mediante uma educação direcionada pela prática da militância que, ao passar por um processo de reflexão, propunha teorias para alimentar ações políticas.

As novas demandas geradas pelo crescimento do MST evidenciaram a superação de reivindicações que focavam apenas a conquista da terra. O aumento de assentamentos conquistados, as implicações de suas formas de organização, o processo de internacionalização de movimentos campestinos para fazer frente às forças políticas e econômicas neoliberais, ganhou visibilidade e produziram novos efeitos de solidariedade e identidades nos movimentos sociais (BOURDIEU, 1998).

Tais mudanças ocorridas em ambientes internos de consolidação da luta dos sem-terra, como os acampamentos e assentamentos, ou nas formas de atuação do movimento social frente a novas reivindicações diante da expansão de políticas neoliberais que exigiam articulações políticas internacionalizadas, fizeram parte de um movimento em que a concepção de luta de conquista pela terra, entendida como ingênua por alguns militantes (STÉDILE; FERNANDES, 1999), deveria ceder lugar para outros tipos de conquistas, como o fortalecimento da cooperação agrícola e as frentes de organização nos campos da comunicação, da formação política e da educação do MST.

Os setores de comunicação, formação e educação do movimento social consolidaram projetos através da manutenção de informativos, cadernos de formação e de educação que passaram a difundir a "pedagogia sem terra", construída a partir de encontros coletivos no final da década de 1980.

Nestes anos, o crescimento do MST colocou em debate os "princípios organizativos" do movimento social. Em grande parte, a opção pela delimitação de grupos de trabalho condicionou os debates e formou os setores de *Comunicação*, *Formação* e *Educação* na organização dos sem-terra.

Destes setores, o de *Educação* foi estruturado a partir de reivindicações de trabalhadores rurais sem-terra do Rio Grande do Sul pela educação de seus filhos. A produção de uma luta política pelo direcionamento do processo educativo de crianças sem-terra resultou no envolvimento de ativistas, intelectuais, professores e lideranças sem-terra com a publicação de boletins, cadernos e coleções didáticas na área de educação (CALDART, 1997).

A necessidade de titulação dos professores para atuarem em acampamentos e assentamentos do MST aprofundou a discussão sobre a formação política, envolvendo os educadores num projeto ambicioso. Numa atitude inovadora, em busca de um curso de formação de professores comprometidos com a discussão das experiências populares realizadas no Rio Grande do Sul, o *Setor de Educação* integrou o projeto da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (FUNDEP), instituição fundada em 1989 no município de Três Passos (RS) através da articulação de movimentos sociais da região

Celeiro com setores da Igreja Católica e grupos de educadores dispostos a empreender uma prática pedagógica vinculada às necessidades e demandas de uma população regional organizada (CARTILHA DER/FUNDEP, 1990, p. 17).

Aproveitando um seminário católico na zona rural de Braga (RS), cujas instalações e os 100 hectares de terra eram pouco utilizados, foi instalado o Departamento de Educação Rural (DER) da FUNDEP. O projeto pedagógico do curso de magistério do DER defendeu a integração entre teoria e prática. A proposta aproximou interesses entre MST, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), movimentos sociais de mulheres rurais e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que, juntamente com pastorais populares da Igreja Católica e prefeituras municipais da região, passaram a definir cursos prioritários e seleção de estudantes.

Os recursos para manutenção do DER/FUNDEP, além de provir de bolsas de estudo das prefeituras envolvidas no projeto, tinham o amparo da Igreja Católica através da CPT e de arrecadações das produções agrícolas de cooperados do MST. Através do DER/FUNDEP foi elaborado e publicado um dos primeiros documentos sobre a educação nos acampamentos e assentamentos do MST. Em 1990, a cartilha *Nossa luta é nossa escola*, escrita pela pedagoga Roseli Salet Caldart e a integrante do MST/RS Bernadete Schwaab, enfocou a formação do *Setor de Educação no Rio Grande do Sul*.⁴

Na cartilha, tendo como base depoimentos de professoras do recém-criado *Setor de Educação*, Caldart procurou demonstrar o desejo de construção de uma pedagogia “diferente” para definir a identidade sem-terra no início da década de 1990.

A conquista de espaço do *Setor de Educação* na organicidade do MST agregou educadores de acampamentos e assentamentos, lideranças sem-terra e professores universitários, com o objetivo de discutir, planejar e publicar materiais para a capacitação. Apesar de sua organização se manter em Porto Alegre (RS), os encontros de representantes do setor tenderam a acontecer em São Paulo (SP) na Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), entidade jurídica criada em 1985 para receber doações de organizações nacionais e internacionais, firmar parcerias educacionais e de formação política com universidades públicas e privadas, fazer convênios com prefeituras municipais e governos estaduais, celebrar contratos de programas de créditos federais, assumir a administração financeira de materiais de divulgação e de educação de movimentos populares.

⁴ Bernadete, professora dos acampados da Fazenda Annoni, município de Sarandi (RS), na década de 1980, constituiu família e conquistou um pedaço de terra, contribuindo na organização da escola do assentamento. Paralelo à experiência de docente dos filhos dos assentados, participou da formação do *Setor de Educação gaúcho*, tendo contato com pedagogos e religiosos militantes. Caldart, uma das referências no estudo da pedagogia sem-terra, exerceu atividades como educadora de professores de acampamentos e assentamentos do MST no DER/FUNDEP e, após 1995, no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), experiência que contribuiu na defesa da sua Tese de Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na elaboração de uma proposta diferente de escola, como um espaço que deveria ajudar os estudantes a “conhecer a realidade”, fundamentou-se um “currículo centrado na prática” que, assim como a história do *Setor de Educação*, deveria partir de experiências concretas para a busca de um conhecimento mais abstrato. Nas bases do projeto pedagógico, o ensino de História tinha como um dos principais objetivos a compreensão do assentamento pelo estudante, através dos temas “Nossa luta pela terra” e “Nossa cultura e nossa história de luta” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1992, p. 39-42).

A difícil realidade das escolas enquanto problema da organização dos assentamentos do MST contribuiu para que educação e cooperação fossem tratadas de maneira interligada, através da publicação de materiais que abordassem a cooperação agrícola em suas múltiplas relações com a educação dos sem-terra. Ao propor a relação entre as mudanças organizativas da produção dos assentamentos vinculados ao MST e uma prática pedagógica adequada e inovadora, o *Setor de Educação* e o DER/FUNDEP, através de Roseli Salette Caldart, lançaram textos avulsos ou de cadernos e boletins de educação.

No *Boletim da Educação* nº 4, publicado em 1994, Caldart escreveu *Escola, Trabalho e Cooperação*, propondo metodologias de ensino que deveriam partir da prática, esta entendida como construção permeada pela compreensão e valorização das ações coletivas. Para a pedagoga, resultados de uma educação a partir da prática seriam sentidos quando as escolas desempenhassem uma função educacional baseada no trabalho e na cooperação. Crianças, jovens e adultos deveriam ser educados como trabalhadores para transformar a sociedade. Conhecendo a “caneta e a enxada”, os estudantes teriam mais facilidade para afinarem “estudo e trabalho”, “teoria e prática”. No texto *O MST e a Escola do Trabalho*, que compõe o boletim, Caldart propôs uma educação para a cooperação agrícola que avançasse na viabilização da produção e do trabalho coletivo nos assentamentos, preparando “as pessoas para a cultura, ou para o jeito de viver socialista” (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1994, p. 14).

As recriações da pedagogia do MST retratam o quanto o *Setor de Educação* esteve afinado às mudanças organizativas de acampamentos e assentamentos. Uma dinâmica marcada pelo “fazer história” na elaboração de uma “consciência organizativa” envolvia os que atuavam nas salas de aulas e os que, através de textos, teciam representações.

A estruturação do *Setor de Educação* marcou a superação no MST da concepção de que a luta pela terra se garantia pela subsistência e produção agrícola. Mais do que isso, as gradativas conquistas do movimento social impuseram questões mais amplas, como o direito dos trabalhadores rurais à educação e à escola.

Como desdobramento destas ações foi organizado, em 1987, o *I Encontro Nacional de Professores de Assentamentos*, na cidade de São Mateus (ES), para a capacitação de professores atuarem em escolas do campo. Dentre os desafios apresentados, estavam os novos

enfrentamentos nas escolas rurais através de métodos de aulas adequados à construção de uma concepção de escola diferente.

Os debates sobre educação no MST possibilitaram articulações políticas de combate ao analfabetismo e a elaboração de propostas pedagógicas publicadas no *Caderno de Formação* nº 18, *O que queremos com as escolas de assentamentos*. Sob forte influência das ideias de Paulo Freire, o material tentou sistematizar a educação no movimento social.

Em janeiro de 1994, foi realizado em Belo Horizonte (MG) o *Curso Nacional de Pedagogia* para professores de acampamentos e assentamentos, tendo como principais objetivos teorizar e atualizar propostas educacionais do MST em âmbito nacional e produzir materiais didáticos para a educação no campo.

Integrando um contexto em que as relações entre o trabalho, a escola e o “fazer História” constituíam uma engrenagem organizativa, a partir do *Curso Nacional de Pedagogia* foi lançada a coleção *Fazendo História*, com a perspectiva de publicação de outros volumes. O *Setor de Educação* propôs difundir este material didático nas salas de aula das escolas de acampamentos e assentamentos, como recurso pedagógico para incentivar a leitura e o estudo das experiências da luta pela terra no Brasil pelas crianças sem-terra, também conhecidas como os sem-terrinha.

Dentre vários materiais didáticos do MST, a *Fazendo História* demonstra a riqueza de interpretações de intelectuais e lideranças do movimento sobre a importância da leitura pelos militantes, o significado do passado, do ensinar e produzir História para a organização dos sem-terra e da construção de uma cultura política socialista. Entre 1994 e 2001, a coleção foi composta pelas seguintes publicações: *A comunidade dos gatos e o dono da bola* (1994), *1995: 300 anos de Zumbi* (1995), *A História de uma luta de todos* (1996), *Ligas Camponesas* (1997), *Nossa turma na luta pela terra* (1998), *Semente* (2000), *História do menino que lia o mundo: Paulo Freire* (2001). Ao longo das publicações configurou-se uma proposta de incentivo à prática da leitura e da escrita na construção do conhecimento histórico dos trabalhadores rurais sem-terra e dos sem-terrinha.

O primeiro volume da coleção foi composto por duas histórias: *A comunidade dos gatos e O dono da bola*. Os textos foram escritos por educadores do campo e militantes do movimento social, como Nilson Aparecido de Aquino, Angela Aparecida de Barros, Ivori Agostinho de Moraes, Maria Madalena Marques Luiz, Livânia Frizon, Acácia Maria Feitosa Daniel, Vilma Pedrosa, Osmael Pereira da Paixão, Vanderlei Bueno Boiani, Cleuza Oliveira Reichenbach, Ana Claudia Pessoa e Rubneuzza Leandro de Souza. Em sua maioria, os integrantes da Equipe de Trabalho do *Curso Nacional de Pedagogia* eram educadores que já atuavam em escolas de assentamentos e militavam no *Setor de Educação* do MST. Com o objetivo de despertar o interesse dos alunos e trabalhadores rurais sem-terra pela leitura e

escrita, o volume 1 da coleção evidenciou o conceito do “fazer História”, seja na prática da luta ou na interpretação do passado (FAZENDO HISTÓRIA, 1994, p. 2).

Na apresentação, a relação da leitura com o trabalho foi enfatizada como condição para fortalecer e dar continuidade à luta do MST, sendo emblemática a frase “Ocupar, resistir e produzir também na Educação”, numa clara referência de que a valorização do ensino era uma ferramenta para incentivar a produção de ideias e de textos pelos trabalhadores rurais sem-terra, bem como, a estruturação da militância política.

A compreensão do passado era um recurso para os trabalhadores rurais e crianças sem-terra localizarem-se na trajetória dos movimentos sociais e, mediante a sistematização deste conhecimento, acumular experiências e adquirir capacidade de persuasão, como também, de identificação perante os grupos políticos envolvidos na questão da terra.

No primeiro material didático foram lançadas perguntas: “você conhece gatos, gatinhos e gatões? (...) você conhece tigres, tigrinhos e tigrões?”. A partir de metáforas *A comunidade dos gatos* retratou a evolução da desigualdade econômica e social por meio da história de um gato que, diante das dificuldades enfrentadas pelo grupo, resolveu comer outros gatos e se transformou num tigre que, para ser derrotado, foi preso em decorrência da união dos demais gatos. Seu enredo sugere as transformações de comunidades coletivas em sociedades baseadas na escravidão e propriedade privada, levando o pequeno leitor a pensar a importância da organização coletiva para enfrentar os problemas de desigualdade social e dominação econômica no capitalismo.

Na segunda história do primeiro volume, *O dono da bola é Daniel*, um menino rico que tinha “do bom e do melhor: casa bonita, muitas roupas, muitos brinquedos diferentes, mas não tinha amigos e brincava sempre sozinho, fechado no quintal da sua casa” (FAZENDO HISTÓRIA, 1994, p. 25). Com o objetivo de explicar o individualismo e suas consequências na organização dos trabalhadores, a história mostra Daniel aprendendo a superar seu egoísmo e entender que ser “o dono da bola” não tinha significado perante a capacidade de mobilização das crianças para organizar uma partida de futebol e demonstrar a importância do interesse coletivo.

Ainda como produção da Equipe de Trabalho do *Curso Nacional de Pedagogia* de Belo Horizonte (MG), as metáforas cederam espaço à narrativa de heróis da luta dos oprimidos na cartilha nº 2 da coleção, lançada em março de 1995 com o título *1995: 300 anos de Zumbi*. O objetivo de despertar a leitura dos sem-terra colocava em evidência a figura dos mártires. A idealização do líder Zumbi para a compreensão da luta dos sem-terra ganhou tons de mitificação, sendo a História escrita sob forte apelo triunfalista. O discurso de valorização e construção do herói é perceptível no texto que aborda a morte de Zumbi, uma leitura de passado em que o líder serve de exemplo em contestação aos bandeirantes, estes entendidos como “heróis da História tradicional”. Entretanto, ingredientes básicos que constituem o herói

nos livros didáticos de História, como bravura, coragem e salvacionismo, permanecem no trabalho e evidenciam que o embate à História tradicional não diz respeito aos procedimentos teórico-metodológicos, mas sim, à importância da visibilidade de atores sociais relegados por abordagens entendidas como conservadoras. Porém, à narrativa da cartilha se aliam aspectos visivelmente tradicionais da historiografia (FAZENDO HISTÓRIA, 1995, p. 4).

Em nome do *Setor de Educação*, na apresentação do material foi lançado o convite à leitura e sua relação com o fortalecimento do movimento social, colocando o estudo da História como importante instrumento de conquista da cidadania:

Vamos conhecer ainda, nessa viagem cheia de sofrimento, dor, luta, conquistas, perdas, a história de outros povos, de outros Zumbis na busca dos nossos mesmos sonhos, dos nossos sonhos por terra, trabalho e justiça. (...) você que gosta de ler, que tem desejo e vontade de querer saber sempre mais e tem interesse de conhecer a história dos heróis trabalhadores, está convidado a mergulhar nesta história (FAZENDO HISTÓRIA, 1995, p. 4).

Ao final, em apenas uma página, contracenou com o tom romântico da cartilha uma narrativa metódica, permeada por datas que marcaram a trajetória de Zumbi e encerrada na afirmação polêmica e idealista: “para muitos revolucionários, Quilombo dos Palmares pode ser considerada a Primeira República Livre da América Latina” (FAZENDO HISTÓRIA, 1995, p. 26).

A publicação sobre Zumbi abriu uma discussão sobre a História da organização dos sem-terra, o que gerou os volumes 3 e 4 da coleção, voltados para a História da luta pela reforma agrária. Em *A História de uma luta* (1996) foi apresentada a trajetória da ocupação da Fazenda Annoni, em 1985, por 2000 famílias. As ilustrações foram feitas por alunos da Escola 15 de Março, do Assentamento Ramada, conciliadas a textos que analisaram a “vida antes do acampamento”, “a vida no acampamento”, “a vida no assentamento” e “a conquista da Escola 15 de Março”. A produção, em nome do MST, teve a colaboração de 74 alunos, 11 pais trabalhadores rurais e dos professores Juarez Cornelli, Pedrinha dos Santos, Elaine Schmidt, Dilma de Bortoli, Maria de Moura, João da Rosa e Rita Piovesan, com a assessoria de Marcos Genrke (FAZENDO HISTÓRIA, 1996, p. 15-18).

Com esta produção é possível identificar no movimento social que o “fazer História” tornou-se algo mais amplo. Primeiro, num contexto em que o próprio MST se preocupou com a formação de quadros políticos e o exercício da cidadania dos sem-terra representado pela participação em mobilizações, se colocava a História como uma construção a partir das ações políticas. Segundo, a História passou a ser entendida como um “fazer” através do ensino e da produção de materiais didáticos pelos próprios sem-terra, dando um sentido de

protagonismo perante as articulações e estratégias de construção da memória do MST como parte integrante da identidade sem-terra.

Foi o que relatou a militante Teresinha Cornelli, de Júlio de Castilhos (RS), na apresentação do material didático:

Nesta cartilha estão os frutos da escola diferente. Crianças resgatando sua história, cultivando suas raízes, trabalhando a cooperação, fazendo-se verdadeiros cidadãos. Professores doando-se na difícil e sublime tarefa de se educar. Lendo esta pequena cartilha, produzida pelos alunos de nossa escola confesso, senti-me emocionada e gratificada. Emocionada por ver trazida à tona a história de nossas vidas. História de amor, luta, coragem e solidariedade. (...) A história de Uma Luta de Todos é realmente nossa vida. Esperamos sinceramente contribuir para que as pessoas possam conhecer a nossa verdadeira história e o nosso modo de vida (FAZENDO HISTÓRIA, 1995, p. 3).

As tentativas de ampliar a temporalidade de interpretação do passado sem perder o vínculo de discussão com o tempo presente ficaram evidenciadas na cartilha nº. 4. Com redação e ilustração da militante Ana Claudia Pessoa e o apoio da ONG espanhola *Manos Unidas*, o material didático foi lançado em 1997 com o título *Ligas Camponesas (1955 – 1964)*. A História teve como protagonista o menino Joca, filho de Zefinha e Sebastião, moradores de Galiléia, Estado de Pernambuco, participantes das Ligas Camponesas na década de 1960. As memórias de Joca sobre as Ligas e o seu posterior envolvimento com a organização do MST, quando se tornou educador de jovens e adultos do movimento social na década de 1980, demonstram a preocupação da autora em relacionar experiências históricas com o tempo presente dos trabalhadores rurais sem-terra (FAZENDO HISTÓRIA, 1997: 3-22).

Vale mencionar que a figura de Joca está no camponês que vivenciou as experiências da luta pela terra dos pais, construiu sua memória e identidade por meio das relações e envolvimento políticos que estabeleceu com o MST em décadas posteriores, enfatizando a importância da leitura para a formação da “consciência histórica”⁵ enquanto “consciência organizativa”.

O interesse de lideranças sem-terra pelo despertar da leitura dos sem-terra teve apoio acadêmico na organização da cartilha nº 5 da coleção, com o título *Nossa turma na luta pela terra* (1998), sob orientação dos professores Bernardo Mançano Fernandes (UNESP/Presidente Prudente) e Regina Sader (USP) e a colaboração de Ariovaldo Umbelino

⁵ A “consciência histórica” aqui sugerida toma como referência os estudos de Agnes Heller (1993), Marc Ferro (1989) e Jörn Rüsen (2001), levando em consideração as relações sociais cotidianas como fundamento da historiografia e ensino de história, a condição esparsa da consciência histórica decorrente da difusão de representações através de meios de comunicação e a questão da falta de integração entre discussões sobre a consciência histórica, os elementos constitutivos do pensamento histórico e a prática social do ensino de história.

de Oliveira (USP). O trabalho foi elaborado pelos estudantes de Geografia da USP, Carlos Alberto Feliciano e Andreia Duarte, e resultou numa revista em quadrinhos que abordou a História de famílias que vivenciaram o êxodo rural na década de 1980, enfrentaram problemas econômicos e sociais nas grandes cidades e se identificaram na ocupação da Fazenda Santa Clara, na região do Pontal do Paranapanema. A narrativa histórica se moldou na vida das famílias das crianças do assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema (SP).

Em referência ao material didático e a importância de ensinar e produzir História como parte da construção da memória do MST, o professor Bernardo Mançano Fernandes, atuante no *Setor de Educação*, assim se referiu:

Essas histórias marcaram as vidas de famílias sem-terra. Quando lemos as histórias, podemos perguntar: por que aconteceu essa luta? Por que participamos da luta? Esse é um jeito de conhecer melhor a nossa história e de construir nossa memória. Se perdermos a nossa memória, ou seja, a nossa história, perdemos a nossa identidade. A identidade é importante porque ela mostra quem somos. Ser sem-terra é ter uma identidade da qual todos devem se orgulhar. (...) Os sem-terra fazem exatamente isso: constroem as suas histórias e nós não podemos ficar fora delas. Portanto... boa leitura (FAZENDO HISTÓRIA, 1998, p. 3).

O uso de ilustrações no ensino de História em escolas de acampamentos e assentamentos se somou a outros instrumentos de leitura, que encerraram o ciclo da coleção *Fazendo História*. Nos dois últimos volumes, *Semente* (2000) e *História do menino que lia o mundo: Paulo Freire* (2001), a prática da leitura e o “fazer História” para a construção da cidadania e a formação da militância ganhou apoio do professor Carlos Rodrigues Brandão, que retratou a luta dos sem-terra por meio de poemas e a trajetória do educador Paulo Freire numa extensa cartilha.

O incentivo à leitura junto aos sem-terrinhos tornou-se procedimento para desenvolver o gosto pelo ensino de História e a consciência histórica nos estudantes do MST. Conforme orientação de estudo na apresentação da cartilha n.º. 6:

Cada um de vocês vai ler com bastante atenção e carinho todas as páginas deste livro. Talvez precise ler mais de uma vez, pra que a poesia vá entrando devagarinho em seus olhos e em seu coração... Depois, vai fazer a sua poesia, escrever seus poemas sobre o que sentiu e entendeu sobre a Semente... E então, pode ser assim? (FAZENDO HISTÓRIA, 2000, p. 7 – 8).

O protagonismo na construção da memória defendido por lideranças sem-terra teve resultados com a elaboração de poemas pelos sem-terrinhos, que retrataram suas trajetórias e

expectativas futuras. Grande parte destes trabalhos foi enviada para o professor Carlos Rodrigues Brandão que, em retribuição ao resultado de *Semente*, escreveu sobre a vida de Paulo Freire.

Na apresentação da cartilha nº 7, integrantes do *Setor de Educação* descreveram a importância do ensino de História para despertar o interesse e desenvolver a leitura, considerada prática fundamental para a formação política. A leitura destes materiais foi apontada por lideranças do MST como um dos elementos para alcançar uma sociedade democrática e socialista. Considerava-se que através dos estudos, posições e argumentos, seriam produzidos efeitos de um convívio, base de um mundo socialista. Os assentamentos deveriam ser valorizados como espaços de elaboração desta cultura política, onde a identidade sem-terra seria manifestada nas relações sociais e na valorização dos estudos.

A inserção da coleção *Fazendo História* na organização do MST possibilita entender que a construção do conhecimento histórico depende da circulação de variadas linguagens e representações que remetem à reflexão do passado. Neste sentido, a análise da produção histórica se espalha pela diversidade de relações sociais que constituem leituras de passado e fundamentam projetos políticos de movimentos sociais, o que implica situar a prática de ensino de História no processo de capacitação da militância sem-terra.

Considerações finais

Conhecer o passado tornou-se ferramenta para os trabalhadores rurais situarem-se no contexto político brasileiro e no percurso dos movimentos sociais rurais de luta pela terra. A aquisição e socialização de experiências através de técnicas de sistematização, além de facilitar ações do movimento social, possibilitariam o desenvolvimento da capacidade de persuasão e a identificação com outros grupos políticos.

Para isso, a construção do sujeito histórico dependia do despertar do gosto pela leitura e do estudo do passado das lutas sociais. O questionamento da condição de espectador do fato para formar o militante que poderia escrever o seu passado fez do tempo presente um elemento norteador para se “fazer e ensinar” História enquanto orientação política dos sem-terra.

A trajetória de organização do MST, em grande parte, vincula-se a raízes históricas e culturais que se manifestam em várias temporalidades: o passado pela tradição e expropriação; o presente pela organização, manifestação e solidariedade; o futuro pelo projeto socialista e a utopia da igualdade social. Porém, a reconstrução do passado pelo movimento social, aqui entendida como um aprendizado da formação histórica através da capacidade que sujeitos se orientam na vida prática e interpretam suas condições sociais

(RÜSEN, 2010, p. 104), encontra problemas entre as representações de luta dos sem-terra construídas por intelectuais e militantes que atuam em entidades de apoio e a diversidade das histórias e práticas que se moldam em diversas situações de acampamentos e assentamentos (SCHERER-WARREN, 2010, p. 195).

A interação entre trabalho, produção e cultura delineou a concepção de ensino de História centrada na prática, pois no movimento social a mística, as festas, as manifestações, os símbolos, as criações culturais encontraram significados quando atreladas ao trabalho e a produção agrícola (ARROYO, 2014, p. 103). Suas práticas, seus usos e significados tornaram-se elementos para os estudantes e militantes sem-terra compreenderem a História, não apenas como conhecimento passado, mas como ação presente e motivadora para alcançar resultados futuros na organização do movimento social. Os lugares de memória identificados no tempo presente deram ao ensino de História a condição de permear variados campos de saberes.

O que se pode considerar é que o ensino de História na organização do MST se configurou através de diferentes formas de produções simbólicas que não se restringiram a sala de aula. Estudar História e fortalecer variados lugares de memória significava articular trabalho com luta social, capacidade de organização e formação política.

Bibliografia

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas: Unicamp, 1999.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO. *Escola, Trabalho e Cooperação*. São Paulo: MST, n.º. 4, p. 2, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CADERNO DE EDUCAÇÃO. *Como fazer a escola que queremos*. São Paulo: MST, 1992.

CADERNO DE FORMAÇÃO. *Ações de massa*. São Paulo: MST, 1985.

----- . *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: MST, 1986.

----- . *O que queremos com as escolas dos assentamentos*. São Paulo: MST, 1991.

----- . *Reforma agrária com os pés no chão*. Passo Fundo: PJR / MST, 1986.

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

----- . *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARTILHA DER/FUNDEP. *Nossa luta é nossa Escola*. Três Passos: MST, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

----- . *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

FAZENDO HISTÓRIA. *A comunidade dos gatos e o dono da bola*. São Paulo: MST, 1994.

----- . *1995: 300 anos de Zumbi*. São Paulo: MST, 1995.

----- . *A história de uma luta de todos*. Poa: MST, 1996.

----- . *Ligas Camponesas*. Poa: MST, 1997.

----- . *Nossa turma na luta pela terra*. São Paulo: MST, 1998.

----- . *Semente*. São Paulo: ANCA/MST, 2000.

----- . *História do menino que lia o mundo: Paulo Freire*. Veranópolis: Iterra/MST, 2001.

FERRO, Marc. *A História vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. In: Almeida, Maria de Lourdes Pinto de; Jezine, Edineide (orgs.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. 2 ed. Campinas: Alínea, 2010, p. 33 – 54.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1994.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RÜSEN, Jörn. *História viva. Teoria da História II: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. Pesquisa e ação educativa com os movimentos sociais no campo no Brasil. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (orgs.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. 2 ed. Campinas: Alínea, 2010, p. 191 – 204.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 231 – 269.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.